

MODERNIZAR E DESCENTRALIZAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Amazonas Descentraliza

Criar um sistema progressivo de certificação em três níveis, com o IPAAM atuando ativamente na capacitação técnica das prefeituras do interior, priorizando as mais distantes de Manaus. Município certificado licencia perto de casa, sem depender de fila na capital.

Plataforma digital única com matriz de risco

Criar uma plataforma digital única de protocolo e acompanhamento, com prazos definidos por lei e uma matriz de risco que classifique cada empreendimento por porte e potencial poluidor, dando rito simples para baixo impacto e análise aprofundada para os complexos. Menos fila para quem não é risco, mais atenção para quem é.

Publicar a lista estadual de espécies ameaçadas

Publicar, com UFAM, INPA e ICMBio, a primeira lista estadual oficial, vinculada ao licenciamento: qualquer obra em área de espécie ameaçada passa por análise técnica específica antes da licença sair. É dar ao licenciamento uma base científica que hoje simplesmente não existe.

Dar licenciamento técnico e ágil à mineração legal

Criar câmara técnica permanente entre IPAAM, SEMA, ANM e universidades para agilizar processos estratégicos, fiscalizar de fato os planos de recuperação de área degradada e usar satélite e drone para detectar garimpo ilegal. A mineração legal ganha velocidade justamente porque a ilegal passa a ser rastreada e fechada.

PARAR O DESMATAMENTO E AS QUEIMADAS COM TECNOLOGIA

Criar o Centro Estadual de Inteligência Ambiental

Montar um sistema com satélite de alta resolução, drone e análise de dados em tempo real para identificar desmatamento, queimada e garimpo ilegal antes que o dano se espalhe. O resultado deixa de depender do noticiário e passa a rodar todo dia.

Criar rede de triagem e reabilitação de fauna nativa

Estruturar centros regionais de triagem de fauna apreendida nas microrregiões, com protocolo padronizado de reabilitação e reintrodução. Quem apreende um animal passa a ter para onde levá-lo.

FINANCIAR A CONSERVAÇÃO E PROTEGER O CONHECIMENTO DA FLORESTA

Transformar o FEMUCS em fundo por contrato de resultado

Reestruturar o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas como financiamento competitivo para bioeconomia e conservação, com metas mensuráveis e auditadas, ampliando seu escopo para operar o mercado de carbono estadual e o Pagamento por Serviços Ambientais a quem conserva. Quem preserva passa a ser remunerado por resultado, não por promessa.

Inventariar e proteger o patrimônio genético vegetal

Criar, com UFAM, INPA e organizações indígenas, um inventário estadual de espécies de uso medicinal e cosmético, cruzado com o cadastro federal para identificar irregularidade na repartição de benefícios. Não é burocratizar o acesso à biodiversidade, é garantir que a comunidade seja reconhecida e paga.

ACABAR COM OS LIXÕES E FECHAR O CICLO DO LIXO

Criar programa estadual de encerramento de lixões

Criar cronograma público e obrigatório de encerramento, com linha orçamentária própria para financiar os planos de remediação que o IPAAM já elaborou e nunca teve dinheiro para executar. Quem cumpre o prazo ganha pontuação e receita no ICMS Ecológico, quem não cumpre perde as duas coisas.

Formar consórcios intermunicipais de resíduos por calha de rio

Estruturar consórcios organizados pelas oito calhas do estado, com um município polo sediando aterro regional abastecido pelos menores via transporte fluvial, com o estado financiando parte da infraestrutura. É a diferença entre lixão eterno e aterro que o município nunca teria sozinho.

Criar logística reversa fluvial para o interior

Criar rotas fluviais regulares de coleta de reciclável, com calendário fixo conectando o interior aos centros de triagem, subsidiadas pelo próprio recurso de logística reversa que a lei já obriga fabricante e importador a destinar. Sem custo novo ao erário, o reciclável do interior passa a ter para onde ir.

Apoiar a atualização dos planos municipais de resíduos

Criar equipe itinerante da SEMA que percorra os municípios por calha de rio para elaborar ou atualizar esses planos, condicionando repasse estadual e pontuação no ICMS Ecológico a essa atualização. É o item que destrava todo o resto: sem plano, o município não acessa recurso federal nem entra em consórcio.